



**Simulado Final**

# **TRF 5**

**Analista Judiciário - Área Judiciária  
Pós-Edital**

# Simulado

Simulado Final TRF-5 (Analista Judiciário - Área Judiciária)

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Área Judiciária do TRF-5**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

## PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/NowcSE7g88Uq1vWD6>

- |                      |                      |                      |                      |                      |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A) (B) (C) (D) | 13 - (A) (B) (C) (D) | 25 - (A) (B) (C) (D) | 37 - (A) (B) (C) (D) | 49 - (A) (B) (C) (D) |
| 02 - (A) (B) (C) (D) | 14 - (A) (B) (C) (D) | 26 - (A) (B) (C) (D) | 38 - (A) (B) (C) (D) | 50 - (A) (B) (C) (D) |
| 03 - (A) (B) (C) (D) | 15 - (A) (B) (C) (D) | 27 - (A) (B) (C) (D) | 39 - (A) (B) (C) (D) | 51 - (A) (B) (C) (D) |
| 04 - (A) (B) (C) (D) | 16 - (A) (B) (C) (D) | 28 - (A) (B) (C) (D) | 40 - (A) (B) (C) (D) | 52 - (A) (B) (C) (D) |
| 05 - (A) (B) (C) (D) | 17 - (A) (B) (C) (D) | 29 - (A) (B) (C) (D) | 41 - (A) (B) (C) (D) | 53 - (A) (B) (C) (D) |
| 06 - (A) (B) (C) (D) | 18 - (A) (B) (C) (D) | 30 - (A) (B) (C) (D) | 42 - (A) (B) (C) (D) | 54 - (A) (B) (C) (D) |
| 07 - (A) (B) (C) (D) | 19 - (A) (B) (C) (D) | 31 - (A) (B) (C) (D) | 43 - (A) (B) (C) (D) | 55 - (A) (B) (C) (D) |
| 08 - (A) (B) (C) (D) | 20 - (A) (B) (C) (D) | 32 - (A) (B) (C) (D) | 44 - (A) (B) (C) (D) | 56 - (A) (B) (C) (D) |
| 09 - (A) (B) (C) (D) | 21 - (A) (B) (C) (D) | 33 - (A) (B) (C) (D) | 45 - (A) (B) (C) (D) | 57 - (A) (B) (C) (D) |
| 10 - (A) (B) (C) (D) | 22 - (A) (B) (C) (D) | 34 - (A) (B) (C) (D) | 46 - (A) (B) (C) (D) | 58 - (A) (B) (C) (D) |
| 11 - (A) (B) (C) (D) | 23 - (A) (B) (C) (D) | 35 - (A) (B) (C) (D) | 47 - (A) (B) (C) (D) | 59 - (A) (B) (C) (D) |
| 12 - (A) (B) (C) (D) | 24 - (A) (B) (C) (D) | 36 - (A) (B) (C) (D) | 48 - (A) (B) (C) (D) | 60 - (A) (B) (C) (D) |

## SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/Y8sr>

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas*

Em um país com tantos analfabetos funcionais, não surpreende que o analfabetismo financeiro tenha proporções epidêmicas. Não é surpresa, mas é grave.

Segundo o exame PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes), realizado entre estudantes de 15 anos de 15 países, os jovens brasileiros são os mais ignorantes em finanças. Até os peruanos, que são muito mais pobres que os brasileiros, estão à nossa frente. Os chineses lideram a pesquisa. Será coincidência que a renda per capita deles, que em 1980 era 6% da nossa, hoje seja maior do que a nossa? Isto mesmo, o chinês médio já ganha mais do que a maioria dos brasileiros.

Como era de se esperar, o estudo confirma que bons alunos em matemática, ciências e leitura tendem a conhecer mais também sobre finanças. Também não surpreende que países com renda per capita mais alta, melhor distribuição de renda ou um percentual maior da população com conta em bancos tenham resultados melhores no exame de finanças. O que chama a atenção é que, em todos os casos, os resultados dos estudantes brasileiros em finanças são ainda piores do que a renda per capita, a distribuição de renda ou o grau de bancarização sugeririam. Há, portanto, um problema específico no ensino de finanças básicas no país.

A ignorância financeira não é exclusividade dos jovens. Uma pesquisa do SEBRAE aponta que 77% dos empreendedores autônomos que faturam até R\$81.000,00 por ano nunca fizeram um curso ou treinamento em finanças. 48% não fazem previsão de gastos, 50% ainda usam o caderno para anotar gastos, 39% não registram todas as receitas e 34% não acompanham, ou acompanham no máximo uma vez ao mês, o saldo de caixa.

À luz da ignorância financeira que reina no país, fica fácil compreender como dezenas de milhões de brasileiros assumiram dívidas impagáveis, comprometendo seus futuros financeiros. A maioria ignora o efeito brutal dos juros compostos sobre dívidas e investimentos, ainda mais levando-se em consideração as enormes taxas de juros brasileiras. Por exemplo, considerando-se uma taxa de juros de 400% a.a. –

próxima à praticada no cheque especial ou cartão de crédito – uma dívida de R\$3.000,00 contraída para a compra de uma televisão em maio de 2015 teria se transformado em R\$15.000,00 um ano depois, em R\$75.000,00 dois anos depois e em R\$375.000,00 hoje. Quem comprou uma televisão há três anos deve hoje um apartamento. Sabendo disso, será que tanta gente teria assumido dívidas como esta?

A mesma ignorância financeira explica por que políticos mal-intencionados conseguem manipular os brasileiros com seu próprio dinheiro. O mesmo sujeito que paga alimentos muito mais caros no supermercado em função de impostos elevados para bancar o custo da máquina pública sente gratidão ao político do governo, que lhe transfere uma fração do que ele pagou em impostos, através do Bolsa-Família ou qualquer outro programa público.

Em resumo, se queremos construir um país melhor e mais próspero, precisamos avançar a passos largos e rápidos na educação financeira de todos os brasileiros. Educação financeira tem de ser uma parte importante do currículo escolar obrigatório. Sozinhas, políticas públicas não vão resolver o problema. É do interesse de todas as empresas investir para que seus funcionários tenham melhores conhecimentos de finanças e tomem melhores decisões em suas vidas pessoais e pelas próprias empresas. Principalmente, é responsabilidade de cada um de nós buscarmos fontes de educação financeira para nós mesmos e nossos filhos.

(<https://ibape-nacional.com.br/site/7465-2/>)

**01.** De acordo com o texto,

- a) não é surpresa que existam mais analfabetos financeiros que funcionais, tendo em vista a negligência existente no ensino escolar.
- b) o estudo mostrou que os chineses lideram em renda per capita desde 1980, quando ultrapassaram os brasileiros nesse quesito.
- c) o brasileiro médio possui renda per capita inferior à maioria dos chineses, embora a maioria tenha problemas com dívidas.
- d) o desempenho dos estudantes brasileiros no exame PISA é desproporcionalmente inferior ao que seria esperado considerando a renda per capita, a distribuição de renda ou o nível de bancarização brasileiros.

**02** Infere-se do texto que

- a) a educação financeira é um pressuposto para aumentar a prosperidade no Brasil.
- b) os peruanos são ligeiramente mais pobres que os brasileiros.
- c) o analfabetismo funcional justifica a manipulação dos brasileiros por meio de programas assistenciais.
- d) o consumismo exacerbado típico do brasileiro é causa para o alto endividamento da população.

**03.** Quanto à sua tipologia, o texto classifica-se como predominantemente:

- a) expositivo, por informar sobre os prejuízos da ignorância financeira.
- b) injuntivo, por dar instruções para evitar dívidas impagáveis.
- c) argumentativo, por trazer uma tese sustentada por argumentos.
- d) narrativo, por relatar o desempenho dos jovens no PISA.

**04.** Em “À luz da ignorância financeira que reina no país, fica fácil compreender como dezenas de milhões de brasileiros assumiram dívidas impagáveis, comprometendo seus futuros financeiros. A maioria ignora o efeito brutal dos juros compostos sobre dívidas e investimentos, ainda mais levando-se em consideração as enormes taxas de juros brasileiras.” (5º parágrafo), as palavras destacadas poderiam ser substituídas, sem prejuízo semântico, respectivamente, por:

- a) inegociáveis e violento.
- b) insolvíveis e descomunal.
- c) elevadas e deletério.
- d) leoninas e cumulativo.

**05.** Em “É do interesse de todas as empresas investir para que seus funcionários tenham melhores conhecimentos de finanças e tomem melhores decisões em suas vidas pessoais e pelas próprias empresas.” (7º parágrafo), o conectivo **para que** estabelece relação de:

- a) finalidade.
- b) proporção.
- c) modo.
- d) condição.

**06.** Observe o segmento do texto:

"O que chama a atenção é que, em todos os casos, os resultados dos estudantes brasileiros em finanças são ainda piores do que a renda per capita, a distribuição de renda ou o grau de bancarização sugeririam. Há, portanto, um problema específico no ensino de finanças básicas no país."

Assinale a alternativa que traz a classificação correta dos elementos destacados, respectivamente.

- a) pronome relativo, partícula expletiva e conjunção comparativa.
- b) pronome relativo, partícula expletiva e conjunção integrante.
- c) pronome interrogativo, pronome relativo e conjunção integrante.
- d) pronome relativo, conjunção integrante e conjunção comparativa.

**07.** No último parágrafo, o uso das formas em primeira pessoa do plural indica

- a) um posicionamento inclusivo e generalizante por parte do autor.
- b) uma tentativa de aproximação afetiva com o leitor.
- c) uma ironia, uma vez que ele já possui educação financeira.
- d) um convite para ajudá-lo na missão de propagar conhecimentos.

08. A palavra "até", em "Até os peruanos, que são muito mais pobres que os brasileiros, estão à nossa frente.", expressa sentido de

- a) lugar figurado
- b) limite de uma ação
- c) intervalo de tempo
- d) inclusão concessiva

09. Assinale a alternativa correta quanto à concordância estabelecida pela norma-padrão da língua portuguesa.

- a) Naquele ano, houveram muitos protestos na cidade de São Paulo.
- b) Os aplicativos, utilizados por muitas pessoas, originaram-se para facilitar muitas tarefas do cotidiano.
- c) O futebol, a exemplo de outros esportes, representaram um papel fundamental na sociedade.
- d) A camiseta defeituosa, comprada para o aniversário do garoto, foram vendidas por algum vendedor distraído.

10. A pontuação encontra-se em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa em:

- a) No último episódio da série ocorre a morte de um personagem importante.
- b) O passageiro, reclama sobre o transporte público precário.
- c) O entrevistado revela o seu segredo rapidamente.
- d) No último quadro, a jovem pergunta, se ela conta para o jornalista ou permanece calada?

## **NOÇÕES DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

*Géssica Ehle*

11. Quanto ao símbolo nacional de identificação de pessoas com deficiências ocultas, nos termos da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência,

- a) trata-se de um cartão onde estão presentes todas as informações sobre a deficiência
- b) é símbolo de uso obrigatório para o exercício de alguns direitos, como por exemplo o de solicitar segunda via de documentos oficiais
- c) tem uso opcional, compondo-se como um cordão de fita com desenhos de girassóis
- d) uma vez que a pessoa com deficiência o traga consigo, estará livre da apresentação de outros documentos comprobatórios de sua deficiência

12. Sobre a prioridade de atendimento às pessoas com deficiência (Lei no 10.048/2000), assinale a alternativa que não corresponde a uma pessoa que não será considerada parte do grupo prioritário em razão de sua condição.

- a) as lactantes
- b) o obeso
- c) o doador de sangue
- d) a criança

**NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE***André Rocha*

**13.** A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) reúne o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotados pelo Governo Federal, isoladamente ou em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal, Municípios ou particulares, com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos no Brasil.

Assinale a alternativa que não traz um conceito correto previsto na PNRS.

- a) Área órfã contaminada é uma área contaminada cujos responsáveis pela disposição não sejam identificáveis ou individualizáveis.
- b) Rejeitos são resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada.
- c) Reutilização é um processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do Sisnama e, se couber, do SNVS e do Suasa.
- d) Disposição final ambientalmente adequada é a distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos.

**14.** A Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), instituída pela Lei nº 12.187/2009, e as ações dela decorrentes, executadas sob a responsabilidade dos entes políticos e dos órgãos da administração pública, devem observar os princípios da precaução, da prevenção, da

participação cidadã, do desenvolvimento sustentável e o das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, este último no âmbito internacional.

Assinale a alternativa que não corresponde a um instrumento institucional para a atuação da Política Nacional de Mudança do Clima.

- a) Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima.
- b) Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima.
- c) Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.
- d) Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais - Rede Clima.

**NOÇÕES DE INFORMÁTICA***Emannuelle Gouveia*

**15.** No Windows, é possível configurar um recurso de acessibilidade que permite o pressionamento de um tecla inicial de um atalho (CTRL, ALT e etc) e depois o pressionamento do seu complemento e o computador entenda que foi digitado o atalho completo. Esse recurso se chama:

- a) Teclado pausado.
- b) Sombra.
- c) Tecla de aderência.
- d) Reprodução automática.

**16.** A funcionalidade, encontrada no Word, que permite envio de mensagens personalizadas e consiste basicamente na mesclagem de um documento principal com uma base de dados é:

- a) Tema.
- b) Localizar
- c) Hifenização.
- d) Mala direta

17. Para acessar a tela de inserção de função no Excel devemos pressionar a tecla:

- a) SHIFT + F3
- b) F3.
- c) CTRL + F2
- d) F1.

### ATOS NORMATIVOS

*Emerson Bruno*

18. De acordo com o Código de Conduta do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, estão entre suas finalidades, EXCETO:

- a) oferecer um conjunto de atitudes que orientem o comportamento e as decisões institucionais.
- b) assegurar que as ações institucionais empreendidas por gestores e servidores do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus preservem a missão desses órgãos e que os atos delas decorrentes reflitam probidade e conduta ética.
- c) tornar claras as regras de conduta dos servidores e gestores do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.
- d) vincular as decisões do Conselho da Justiça Federal aos gestores do Superior Tribunal de Justiça, do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de 1º e 2º graus.

19. Conforme disposto na Res. 147/2011, a comunicação entre os destinatários do Código de Conduta do Conselho e da Justiça Federal ou entre esses e os órgãos governamentais, os clientes, os fornecedores e a sociedade deve ser indiscutivelmente:

- a) formal, jurídica, objetiva e acessível a todos os legitimamente interessados.
- b) clara, simples, mediata e acessível a toda a sociedade.

c) formal, fundamentada, clara e completa para todos os legitimamente interessados.

d) clara, simples, objetiva e acessível a todos os legitimamente interessados.

### LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

*Antônio Daud*

20. Tomando por base as regras expressas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), assinale a alternativa INCORRETA:

- a) consideram-se coletados no território nacional os dados pessoais cujo titular nele se encontre no momento da coleta.
- b) a Lei não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivos de segurança do Estado ou defesa nacional.
- c) operador é a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.
- d) o princípio da não discriminação relaciona-se às medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais eivado de fins discriminatórios.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****DIREITO ADMINISTRATIVO***Herbert Almeida*

**21.** De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, o diploma ou habilitação legal para o exercício do cargo público, em regra, deve ser exigido na

- a) inscrição para o concurso público.
- b) posse no cargo público.
- c) entrada em exercício no cargo público.
- d) data da solicitação pelo setor de recursos humanos do órgão responsável.

**22.** Assinale a alternativa correta, consoante as disposições da Lei nº 8.112/90 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Federais) e a jurisprudência dos Tribunais Superiores:

- a) serão reservadas até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso às pessoas portadoras de deficiência.
- b) é vedada a contratação de professores estrangeiros nas universidades e instituições de pesquisa científica federais.
- c) o edital do concurso público poderá prever a realização de exame psicotécnico, independentemente de previsão em lei específica.
- d) ato administrativo poderá restringir a inscrição de candidato a cargo público em razão de sua idade.

**23.** O indivíduo que, em virtude de eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, exerce mandato, cargo, emprego ou função em pessoa jurídica integrante da Administração Pública é denominado, nos termos da Lei nº 14.133/2021, como

- a) licitante.
- b) contratante.

- c) agente público.
- d) contratado.

**24.** Acerca das disposições da Nova Lei de Licitações e Contratos sobre alterações dos contratos, assinale a alternativa incorreta:

- a) a modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos, autoriza a alteração unilateral pela Administração.
- b) os contratos podem ser modificados unilateralmente quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, dentro dos limites legais.
- c) quando decorrentes de falhas de projeto, as alterações de contratos de obras e serviços de engenharia ensejarão apuração de responsabilidade do responsável técnico.
- d) nas alterações unilaterais o contratado será obrigado a aceitar acréscimos ou supressões de até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato, no caso de compras ou serviços.

**25.** No que diz respeito ao poder de polícia administrativa, assinale a alternativa correta:

- a) a polícia judiciária trata dos bens, direitos e atividades que serão restritas ou condicionadas em prol do interesse coletivo.
- b) considera-se regular a aplicação de restrições oriundas do poder de polícia quando este é desempenhado pelo órgão competente, SSnos limites da lei aplicável.
- c) a polícia administrativa insurge sobre as pessoas envolvidas no cometimento de ilícitos penais.
- d) a discricionariedade, atributo do poder de polícia, é a faculdade de a Administração decidir e executar diretamente sua decisão por seus próprios meios, sem intervenção do Judiciário.



26. Sobre a anulação, revogação e convalidação, pode-se afirmar que:

- a) o Poder Judiciário não poderá revogar os seus próprios atos, no exercício de sua função atípica administrativa, pois não exerce controle de mérito.
- b) a anulação não é cabível quando se tratar de ato com efeitos exauridos.
- c) o direito da Administração de anular atos que geram efeitos favoráveis aos destinatários decai em cinco anos, a contar do conhecimento do fato.
- d) a convalidação possui efeitos *ex tunc*.

27. Os órgãos públicos:

- a) não podem celebrar contratos em seu próprio nome.
- b) podem ser criados por lei ou por ato administrativo.
- c) possuem capacidade processual independente de sua classificação.
- d) possuem patrimônio próprio.

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

*João Trindade*

28. Wanderleydson, Prefeito do Município Alfa, localizado no Estado Beta, deseja impugnar em abstrato a constitucionalidade de uma lei municipal que, mediante iniciativa parlamentar, instituiu gratificação a ser paga aos servidores da carreira de auditor fiscal de tributos municipais.

À luz dessa situação hipotética, assinale a alternativa correta:

- a) é cabível ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal contra a lei municipal
- b) não é cabível ação direta de inconstitucionalidade contra a lei municipal, ainda que no âmbito do tribunal de Justiça do Estado Beta

c) é cabível arguição de descumprimento de preceito fundamental, no âmbito do STF, ação para a qual o Prefeito, no entanto, não é legitimado

d) é cabível arguição de descumprimento de preceito fundamental, no âmbito do STF, ação para a qual o Prefeito é legitimado

29. Sobre o tema da organização dos Poderes, assinale a única alternativa correta:

a) Compete ao Presidente da República celebrar tratados, desde que previamente autorizado pelo Congresso Nacional

b) Compete à Câmara dos Deputados aprovar previamente a escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal

c) É vedada a edição de medida provisória sobre direito processual civil

d) As emendas à Constituição serão promulgadas, com o respectivo número de ordem, depois de sancionadas **pelo Presidente da República**

30. Com relação à Ordem Econômica, assinale a única alternativa correta:

a) É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei

b) Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional

c) As empresas públicas e as sociedades de economia mista poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado

d) Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para os setores público e privado

**31.** A respeito da Ordem Social, assinale a única alternativa correta:

- a) O direito fundamental ao meio ambiente deve ser efetivado, entre outros, por meio do dever do Estado de proteger a fauna e a flora, inclusive proibindo as práticas que causem maus-tratos aos animais
- b) São terras indígenas as por eles habitadas em caráter permanente, desde que houvesse a ocupação quando da promulgação da Constituição de 1988
- c) A previdência social, a saúde e a assistência social possuem caráter contributivo e formam, juntas, o sistema de seguridade social
- d) O direito à educação será realizado por meio da matrícula da pessoa em idade adequada, sob pena de preclusão

**32.** Joaniclébya, cidadã brasileira, pleiteou o recebimento de parcela do seguro-desemprego, a qual lhe foi negada pelo INSS. Inconformada, por entender que o INSS negou o benefício previdenciário ilegalmente, procurou seu advogado, que a orientou corretamente a ingressar com:

- a) ação popular, ficando isenta de custas e do ônus da sucumbência
- b) mandado de segurança, se contra o ato não couber recurso administrativo com efeito suspensivo
- c) mandado de injunção
- d) *habeas corpus* preventivo

**33.** A respeito da aplicabilidade das normas constitucionais, assinale a alternativa correta:

- a) possui aplicabilidade imediata a regra constitucional que prevê o direito de greve para os servidores públicos
- b) a norma constitucional que estabelece o cesso de estrangeiros aos cargos públicos possui aplicabilidade mediata

c) não é autoaplicável a norma constitucional que assegura a liberdade profissional

d) não é restringível a norma constitucional que prevê a publicidade dos julgamentos do poder Judiciário

**34.** Quanto às competências do Poder Judiciário, assinale a alternativa correta:

- a) compete ao STJ processar e julgar originariamente as ações entre Município e Organismo Internacional
- b) compete à Justiça Federal julgar os crimes cometidos por indígena contra indígena
- c) É competência da Justiça Estadual comum julgar a ação possessória decorrente do exercício do direito de greve de empregados celetistas
- d) Compete à Justiça Eleitoral julgar os crimes comuns conexos com os crimes eleitorais

## DIREITO CIVIL

*Mário Godoy*

**35.** Com relação às pessoas jurídicas, assinale a alternativa correta.

- a) São pessoas jurídicas de direito privado as empresas individuais de responsabilidade limitada.
- b) As disposições concernentes às associações aplicam-se subsidiariamente às sociedades.
- c) Prescreve em 3 anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado por defeito do ato respectivo.
- d) A existência de grupo econômico autoriza a desconsideração da personalidade jurídica.

**36.** Com relação à prescrição e à decadência, assinale a alternativa correta.

- a) Violado o direito, nasce para o titular a ação, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos referidos pelo Código Civil.
- b) A prescrição pode ser alegada até a contestação, sob pena de preclusão.
- c) Não corre prescrição contra as pessoas ausentes do País.
- d) É nula a renúncia à decadência fixada em lei.

**37.** Com relação ao contrato de prestação de serviço, assinale a alternativa correta.

- a) Quando uma das partes não souber ler nem escrever, o instrumento contratual da prestação de serviço poderá ser assinado a rogo e subscrito por duas testemunhas.
- b) A retribuição será paga antes de prestado o serviço, salvo se, por convenção ou costume, houver de ser paga ao final, ou em prestações.
- c) A prestação de serviço não se poderá convencionar por mais de 5 anos.
- d) Se o prestador de serviço for despedido sem justa causa, a outra parte será obrigada a pagar-lhe por inteiro a retribuição vencida e a que lhe tocaria de então ao termo legal do contrato.

**38.** Com relação à responsabilidade civil, assinale a alternativa correta.

- a) Os pais respondem subjetivamente pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e companhia.
- b) O empregador responde por seus empregados, ainda que o dano seja provocado fora do horário do trabalho e não guarde ligação com este.
- c) O pai que ressarcir o dano causado pelo filho menor poderá reaver dele o que houver pago, após o atingimento da maioridade civil.
- d) São solidariamente responsáveis pela reparação o dono do hotel e o hóspede, pelos danos que este

vier a causar a terceiros dentro do estabelecimento hoteleiro.

**39.** Com relação ao penhor e à hipoteca, assinale a alternativa correta.

- a) O instrumento do penhor comum deverá ser levado a registro no Cartório de Registro de Imóveis.
- b) O credor pignoratício não tem direito ao ressarcimento do prejuízo sofrido por vício da coisa empenhada.
- c) Pode ser objeto de hipoteca a propriedade superficiária.
- d) É válida a cláusula que proíbe ao proprietário alienar o imóvel hipotecado.

## **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

*Ricardo Torques*

**40.** Observando o que dispõe o Código de Processo Civil acerca das provas, analise as afirmativas abaixo.

- I. O juiz não poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo.
- II. Por se trata de matéria de ordem pública, a distribuição diversa do ônus da prova não poderá ocorrer por convenção das partes.
- III. A parte que alegar direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário provar-lhe-á o teor e a vigência, se assim o juiz determinar.

Assinale a alternativa correta.

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I, II e III.
- d) III.

**41.** Observando o que dispõe o Código de Processo Civil acerca da intervenção de terceiros, assinale a alternativa incorreta.

- a) A assistência simples não obsta a que a parte principal transija sobre direitos controvertidos.
- b) Se o denunciante for vencedor na ação principal, o juiz passará ao julgamento da denunciação da lide.
- c) Feita a denunciação pelo autor, o denunciado poderá assumir a posição de litisconsorte do denunciante e acrescentar novos argumentos à petição inicial.
- d) O incidente de desconsideração é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.

**42.** Observando o que dispõe o Código de Processo Civil acerca da tutela provisória, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- ( ) A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental.
- ( ) A efetivação da tutela provisória observará as normas referentes ao cumprimento provisório da sentença, no que couber.
- ( ) A tutela provisória não conservará a sua eficácia durante o período de suspensão do processo.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V-V-F
- b) F-F-F
- c) V-V-V
- d) V-F-F

**43.** Considerando o que dispõe o Código de Processo Civil acerca do cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública, assinale a alternativa correta.

- a) Não será admitida alegação de suspeição ou impedimento.
- b) Não impugnada a execução, a Fazenda Pública deverá efetivar o pagamento da dívida no prazo de 30 (trinta) dias.
- c) Quando se alegar que o exequente, em excesso de execução, pleiteia quantia superior à resultante do título, cumprirá à executada declarar de imediato o valor que entende correto, sob pena de não conhecimento da arguição.
- d) A Fazenda Pública será intimada na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias e nos próprios autos, impugnar a execução.

**44.** O Código de Processo Civil de 2015 possui vasto capítulo acerca responsabilidade patrimonial na execução. Observando-se este tema, assinale a alternativa correta.

- a) O devedor responde apenas com seus bens presentes para o cumprimento de suas obrigações.
- b) Os bens particulares dos sócios respondem, como regra, pelas dívidas da sociedade.
- c) O espólio responde pelas dívidas do falecido mesmo após a partilha.
- d) O exequente que estiver, por direito de retenção, na posse de coisa pertencente ao devedor não poderá promover a execução sobre outros bens senão depois de excutida a coisa que se achar em seu poder.

**DIREITO PENAL***Priscila Silveira*

**45.** De acordo com o que o Código Penal estabelece quanto ao concurso de pessoas, assinale a opção correta.

- a) As circunstâncias e as condições de caráter pessoal não se comunicam, independentemente de serem elementares do crime.
- b) Se a participação for de menor importância, o juiz pode substituir a pena privativa de liberdade por pena de multa.
- c) No caso de concorrente que quis participar de crime menos grave, a pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.
- d) Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua periculosidade.

**46.** No que tange às causas extintivas da punibilidade, marque a correta.

- a) Se ocorrerem depois do trânsito em julgado, eliminarão somente o efeito principal da condenação, com exceção da anistia e da abolição criminis, que atingem todos os efeitos penais da sentença condenatória.
- b) O indulto extingue os efeitos primários da condenação (pretensão executória), como também os efeitos secundários, penais ou extrapenais.
- c) O recebimento da indenização pelo dano resultante do crime caracteriza renúncia tácita.
- d) A retratação é admitida nos crimes contra a honra, mas apenas nos casos de calúnia e injúria, sendo inadmissível na difamação.

**47.** A respeito do Inquérito Policial, marque a alternativa correta.

- a) O investigado terá a possibilidade de opor suspeição às autoridades policiais nos autos do Inquérito e, quando ocorrer motivo legal, elas deverão declarar-se suspeitas.
- b) O Inquérito Policial tem a finalidade de que a autoridade policial possa propor a correspondente ação penal em juízo.
- c) O conhecimento pela autoridade policial acerca do crime terá a nomenclatura de *notitia criminis*, que poderá ser de cognição imediata, mediata ou coercitiva.
- d) O contraditório é admitido em todos os casos, pois se trata de procedimento em que existe acusação e defesa.

**48.** Conforme disposto no Código de Processo Penal, logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá no bojo da investigação criminal, exceto:

- a) dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais.
- b) apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais.
- c) realizar a reprodução simulada de fatos.
- d) colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias.

**DIREITO PREVIDENCIÁRIO***Rubens Maurício*

**49.** Marlete, empregada doméstica com deficiência física, e Roserval, empresário dirigente de multinacional sediada no Brasil, desejam contribuir para o Regime Geral de Previdência Social e com isso gozar de todos os benefícios e serviços prestados pela Seguridade Social.

De acordo com a situação-problema apresentada acima, é correto afirmar que:

- a) Marlete e Roserval Lacerda podem participar da Assistência Social.
- b) Apenas Roserval Lacerda pode participar da Previdência Social.
- c) Marlete pode usufruir dos serviços de Saúde pública em razão da sua deficiência física.
- d) Marlete e Roserval podem participar da Previdência Social.

**50.** Quanto à qualidade de dependente no RGPS, analise as assertivas abaixo:

I - De acordo com o disposto na Lei n.º 8.213/1991, o filho, ainda não emancipado, quando adquire a maioridade civil e não é portador de invalidez ou qualquer deficiência, automaticamente perde a condição de dependente do segurado do RGPS.

II - Carlos é segurado do RGPS e faleceu deixando como único dependente seu filho Gustavo, que tinha 17 anos da data do óbito de seu pai e não era emancipado. Aos 20 anos, Gustavo sofreu um acidente que o deixou inválido. Tendo em vista estas informações, é correto afirmar que Gustavo fará jus à pensão por morte enquanto durar sua invalidez.

III - O enteado de segurado do RGPS é considerado seu dependente e concorre em igualdade de condições com os filhos biológicos, sendo sua dependência econômica presumida.

Estão corretas as seguintes assertivas:

- a) I.

b) I e II.

c) II.

d) II e III.

**51.** Quanto aos benefícios do RGPS, julgue as assertivas abaixo:

I - Emanuel se formou no curso de medicina, aos 25 anos, em dezembro de 2019 e desde então começou a trabalhar como plantonista em um hospital particular em sua cidade, filiando-se ao RGPS na qualidade de segurado empregado. Nessas condições, podemos afirmar que Emanuel poderá se aposentar ao completar 35 anos de contribuição.

II - Marli é estudante de curso superior e, preocupada com as notícias sobre a Reforma da Previdência, começou a contribuir com o RGPS na qualidade de segurada facultativa em dezembro de 2019, sendo esta sua primeira contribuição para o sistema. Caso mantenha a regularidade de suas contribuições, Marli poderá se aposentar pelo RGPS ao completar 60 anos de idade, desde que tenha 15 anos de tempo de contribuição.

III - Leila é segurada do RGPS na qualidade de contribuinte individual e após 6 anos de contribuições ininterruptas foi acometida por incapacidade multiprofissional total e permanente para o trabalho. Nessas condições, é possível se afirmar que Leila terá direito a receber do INSS o benefício de aposentadoria por incapacidade permanente.

Estão corretas as seguintes assertivas:

a) I.

b) I e II.

c) I e III.

d) III.

**52.** Joel era segurado do RGPS há 12 anos e faleceu deixando viúva Lisandra, de 46 anos, com quem era casado havia 18 meses. Além disso, Joel deixou seu filho Pedro, que tinha 16 anos da data do óbito de seu pai, era inválido e não era emancipado. Tendo em vista este caso hipotético apresentado, julgue as assertivas a seguir e assinale a incorreta:

- a) Pedro fará jus à pensão por morte enquanto durar sua invalidez.
- b) Se Pedro for condenado criminalmente por sentença transitada em julgado como partícipe de crime de tentativa de homicídio doloso cometido contra a pessoa do segurado, ele perderá o direito à pensão por morte.
- c) Se for comprovado mediante regular processo judicial que houve simulação ou fraude no casamento com o fim específico de constituir benefício previdenciário, Lisandra perderá o direito à pensão por morte.
- d) Se Joel estivesse, na data do óbito, obrigado por determinação judicial a pagar pensão alimentícia temporariamente à Lisandra, sua ex-cônjuge e atualmente com 52 anos de idade, Lisandra fará jus à pensão por morte vitalícia.

## **DIREITO TRIBUTÁRIO**

*Fábio Dutra*

**53.** Considerando as competências tributárias da União, Estados e Municípios, assinale a alternativa incorreta:

- a) A União pode instituir, mediante lei complementar, impostos não previstos expressamente na Constituição, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição.
- b) A União pode instituir impostos extraordinários na iminência ou no caso de guerra externa, compreendidos ou não em sua competência tributária.

c) A União pode instituir impostos sobre grandes fortunas, nos termos de lei ordinária.

d) A União tem competência para instituir impostos sobre operações de crédito, câmbio e seguro.

**54.** Considerando as disposições do Código Tributário Nacional sobre o lançamento tributário, assinale a alternativa correta:

a) O lançamento tributário pode ser alterado a qualquer tempo pela autoridade administrativa, desde que haja erro de fato.

b) O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação, mas rege-se pela lei vigente à época do lançamento.

c) O lançamento tributário é um procedimento discricionário da autoridade administrativa, que pode decidir sobre sua realização.

d) A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

**55.** Sobre as espécies tributárias previstas no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa incorreta:

a) As taxas podem ter como fato gerador o exercício regular do poder de polícia pelo ente tributante.

b) As contribuições de melhoria são instituídas para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária.

c) Os impostos têm como fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica relativa ao contribuinte.

d) As contribuições sociais são consideradas tributos e estão expressamente previstas no Código Tributário Nacional.

56. Sobre a responsabilidade tributária, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

( ) A responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente, salvo disposição de lei em contrário.

( ) Os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado são pessoalmente responsáveis pelos créditos tributários resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei.

( ) A responsabilidade dos pais pelos tributos devidos por seus filhos menores se estende a todas as penalidades relativas aos tributos em questão.

a) V, V, F

b) V, V, V

c) F, V, F

d) F, F, V

e) V, F, F

## **DIREITO DO CONSUMIDOR**

*Paulo Sousa*

57. Conforme o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), um dos direitos básicos do consumidor é o direito à informação adequada e clara sobre produtos e serviços. Considerando esse dispositivo legal, assinale a alternativa que não corresponde a um direito básico do consumidor:

a) Garantia da proteção à vida, saúde e segurança contra riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos.

b) Devolução obrigatória de produtos comprados, independentemente de defeito, desde que o consumidor se arrependa da compra em até 30 dias.

c) Informação sobre as características, qualidade, quantidade, composição, preço e riscos dos produtos e serviços.

d) Proteção contra publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos e práticas desleais.

58. Sobre a responsabilidade por vício do produto e do serviço, de acordo com o entendimento do STJ, assinale a alternativa correta.

a) Quando a pretensão do consumidor é de natureza indenizatória, decorrente de vícios de construção, aplica-se o prazo prescricional geral de 10 anos.

b) O prazo para pretensão indenizatória do vício do serviço é decadencial, não aplicando-se o prazo prescricional geral do Código Civil, mesmo nos casos decorrentes de vícios de construção.

c) Quando a pretensão do consumidor é de natureza indenizatória, decorrente de vícios de construção, aplica-se o prazo prescricional da reparação civil de três anos previsto no CC.

d) O prazo para pretensão indenizatória do vício do serviço é decadencial de 10 anos.



**59.** Considere o disposto no Código de Defesa do Consumidor sobre a responsabilidade por vícios e defeitos em produtos e serviços e assinale a alternativa correta.

- a) Se o vício de qualidade de um produto essencial não for sanado em até 30 dias, o consumidor deverá, obrigatoriamente, aceitar um abatimento proporcional do preço, sendo esta a única alternativa prevista pelo CDC para vícios de fácil constatação.
- b) No caso de vícios ocultos em produtos duráveis, o prazo decadencial para reclamar pelos danos é de 90 dias, contados a partir da data de aquisição do produto, independentemente de quando o defeito se manifestar.
- c) Em caso de falha na prestação de um serviço que cause dano ao consumidor, o fornecedor será responsabilizado apenas se ficar comprovado que agiu com dolo ou culpa, o que exclui a responsabilidade objetiva nesse contexto.
- d) Para produtos que apresentem vícios que os tornem impróprios ou inadequados para o consumo, o consumidor pode exigir alternativamente a substituição do produto por outro da mesma espécie, a restituição imediata da quantia paga, ou o abatimento proporcional do preço.

**60.** A desconsideração da personalidade jurídica é um mecanismo utilizado para responsabilizar diretamente os sócios ou administradores de uma pessoa jurídica pelos prejuízos causados ao consumidor. Em relação à aplicação desse instituto no Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa correta

- a) A desconsideração da personalidade jurídica só pode ser decretada judicialmente, quando a empresa estiver em processo de falência ou recuperação judicial.
- b) A teoria da desconsideração da personalidade jurídica no CDC adota a Teoria Maior, exigindo

prova de abuso de direito, excesso de poder ou confusão patrimonial para ser aplicada.

- c) A desconsideração da personalidade jurídica no CDC pode ocorrer sempre que a personalidade for um obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados ao consumidor, mesmo sem a comprovação de fraude ou abuso.
- d) Para que se desconsidere a personalidade jurídica no âmbito do CDC, é imprescindível que o sócio ou administrador tenha participado diretamente do ato lesivo ao consumidor, sob pena de nulidade do pedido.

## Discursiva

### Entenda o que é deep fake e saiba como se proteger

Vídeos que viralizam nas redes sociais mostrando figuras públicas em situações quase inacreditáveis como, por exemplo, o presidente ucraniano Volodymyr Zelensky anunciando total rendição às tropas da Rússia. Será verdade? Afinal de contas parece tão real... A resposta é não, pois trata-se de uma "deep fake", "falsificação profunda" que, como a tradução indica, é tão bem feita que pode enganar até os mais atentos.

O que muita gente não sabe, porém, é que esse tipo de golpe, além de manipular vídeos com celebridades e políticos famosos, também prejudica empresas e cidadãos comuns, que podem ser envolvidas em [fraudes de identidade](#) e extorsões.

Segundo estudo da empresa de segurança Kaspersky, 65% dos brasileiros ignoram a sua existência e 71% não reconhecem quando um vídeo foi editado digitalmente usando essa técnica.

"Deep fake pode ser definido como a criação de vídeos e áudios falsos por meio de inteligência artificial", explica Guilherme Bacellar, especialista de segurança cibernética e fraude da [Unico](#).

A prática costuma utilizar um vídeo de referência e a face (ou corpo) de outra pessoa, que não fazia parte do vídeo original. "É possível ainda criar áudios falsos fazendo a inteligência artificial aprender como uma pessoa fala e, a partir daí, obter uma montagem com outras falas, inclusive alterando os lábios para acompanhar as palavras que são ditas", explica.

Também há vídeos que alteram o rosto ou o corpo de uma pessoa e reconstroem o movimento dos lábios para manter o áudio original. "O objetivo dessas ações é prejudicar a imagem de figuras públicas ou obter ganhos financeiros enganando pessoas comuns", diz.

Disponível em: <https://estudio.folha.uol.com.br/unico/2022/10/entenda-o-que-e-deep-fake-e-saiba-como-se-proteger.shtml>. Acesso em: 09 de agosto de 2023.

Com base nos textos apresentados e em seus próprios conhecimentos, escreva um texto dissertativo-argumentativo, empregando a norma-padrão da língua portuguesa, sobre o tema: o **uso da tecnologia de "Deep Fake" apresenta mais oportunidades ou riscos para a sociedade?**

**Folha de Resposta**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.  
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://estrategi.ac/assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<http://estrategi.ac/ok1zt0>

---